PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº DE 2012.
(da Sra. Andreia Zito)

Regulamenta os Incisos III e IV do art. 37 da Constituição, dispondo sobre o prazo de validade do Concurso Público de provas ou de provas e títulos, e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta lei complementar regulamenta os incisos III e IV do art. 37 da Constituição Federal, dispondo sobre o prazo mínimo de validade de concurso público de provas ou de provas e títulos, no âmbito da administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

Art. 2º Fica determinado que o Concurso Público de Provas ou de Provas e Títulos, terá a validade de, no mínimo, um ano, podendo ser prorrogado uma única vez, por igual período, contado a partir da data de publicação da homologação do concurso ou da homologação da primeira turma, no caso de certames organizados em duas etapas, desde que a segunda etapa seja constituída de curso ou programa de formação, de caráter eliminatório.

§ 1º O prazo de validade do concurso e as condições de sua realização serão fixados em seu edital, que será publicado em Diário Oficial, ou em jornal diário de grande circulação.

§ 2º Não se abrirá novo concurso público, enquanto houver candidato aprovado em concurso público anterior com prazo de validade ainda não expirado.

§ 3º Extinguir-se-á, automaticamente, o prazo de validade do concurso público, desde que não haja mais candidatos excedentes, no aguardo de nomeação, no prazo de validade do concurso público vigente.

Art. 2º Fica revogada toda a legislação que trata de validade de prazo de concurso público, na data da publicação desta Lei Complementar.

Art. 3º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

A Constituição Federal de 1988, em seu artigo 37, inciso III, preconiza que o prazo de validade do concurso público será de até dois anos, prorrogável uma vez, por igual período.

O Regime Jurídico Único de que trata a Lei nº 8.112, de 1990, em seu artigo 12, assim preconizava:- “O concurso público terá validade de até 2 (dois) anos, podendo ser prorrogado uma única vez, por igual período.”

A Portaria Ministerial nº 450, de 6 de novembro de 2002, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, estabeleceu normas gerais para a realização de concursos públicos, no âmbito da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional, onde em seu artigo 12, assim preconizou:- “A validade dos concursos públicos poderá ser de até um ano, prorrogável por igual período, contada a partir da data de publicação da homologação do concurso ou da homologação da primeira turma, no caso de certames organizados em duas etapas, conforme dispõe o art. 11.”

Há de se ressaltar que esta Portaria Ministerial garantia ainda que dentro do período de validade do concurso, se houvesse exoneração de cargo ou demissão de emprego público de servidor nomeado ou contratado em virtude de aprovação no concurso, poderia ser feita a substituição nos termos do parágrafo único do art. 15. Entendo que essa prerrogativa atendia plenamente o princípio da economicidade e razoabilidade.

Já, no ano de 2009, foi publicado o Decreto nº 6.944, de 21 de agosto de 2009, com o intuito de estabelecer medidas organizacionais para o aprimoramento da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, dispondo sobre normas gerais relativas a concursos públicos.

Há de se ressaltar que esse novo Decreto, além de revogar as orientações estabelecidas pela citada Portaria Ministerial nº 450, não trouxe mais nenhum preceito limitador de tempo mínimo para a validade do concurso público, também apresentou como fato novo, o disposto no artigo 16 e seu Anexo II, com a denominação de quantidade de vagas versus número máximo de candidatos aprovados, o que significa pura demonstração de falta de compromisso com os princípios elencados no art. 37 da CF, no tocante a legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, como também aos princípios da economicidade e da razoabilidade.

Como o Poder Executivo pode interferir no processo de Concurso Público com um pensamento que, uma determinada organização poderá publicar um edital de um determinado concurso público, com prazo de validade de trinta dias, prorrogável por igual período? E, se por ventura, oferece de imediato, cinco

vagas, só poderá homologar o número máximo de vinte e dois candidatos aprovados?

Qual o impedimento legal e constitucional para a homologação do resultado final de um concurso público com o rol de todos os aprovados, uma vez que, a administração não deve eliminar a possibilidade de uma organização, a título de economicidade, eficiência e razoabilidade vir a se utilizar de candidatos aprovados em um concurso realizado por outra organização, encontrando-se excedente, mas num concurso que se encontra válido.

Diante das normatizações apresentadas pelo Decreto nº 6.944, de 21 de agosto de 2009, recentemente, ocorreu a publicação do Edital nº 1/2012-DGP/DPF, de 14 de março de 2012, onde o Departamento de Polícia Federal, subordinado ao Ministério da Justiça, tornou público a abertura de inscrições para o concurso público para provimento de vagas no cargo de Agente de Polícia Federal, com o oferecimento de 500 vagas; e, pasmem, em seu item 19.29, assim colocou:- “O presente concurso terá como prazo de validade 30 dias, prorrogáveis uma única vez por igual período, contados a partir da data de publicação da Portaria da homologação do resultado final do Curso de Formação Profissional.”

A guisa de esclarecimentos, abaixo, transcrevemos o voto vencedor, proferido pelo ilustre Desembargador Federal João Batista Moreira, em Embargos Infringentes na Apelação Cível, no Tribunal Regional Federal da 1ª Região:

EMBARGOS INFRINGENTES NA APELAÇÃO CÍVEL Nº
2000.01.00.045079-0/MG
Processo na Origem: 200001000450790

RELATOR(A) : DESEMBARGADOR FEDERAL SOUZA PRUDENTE
EMBARGANTE : UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS - UFMG
PROCURADOR : HUGO MARCELINO DA SILVA
EMBARGADO : LAZARA LUIZA DAS GRAÇAS
ADVOGADO : MARIA DA CONCEIÇÃO CARREIRA ALVIM E OUTROS(AS)

Por sua vez, o voto-vencedor, proferido pelo ilustre Desembargador Federal João Batista Moreira, restou lavrado com estas letras:

“Senhora Presidente, vou discordar do voto do ilustre Relator por me parecer realmente desprovido de razoabilidade o prazo de 45 dias para a validade de um concurso público da Universidade Federal de Minas Gerais. É verdade que a Constituição estabelece prazo de até dois anos para os

concursos públicos" todavia, a Administração não é totalmente livre para fixar prazo de um dia até dois anos.

O ilustre Relator pensa que a solução da questão não precisa ser motivada pela Administração Pública, uma vez que pertence ao campo da atuação discricionária e que isso constitui faculdade desta Administração e não direito subjetivo dos candidatos aprovados.

A doutrina mais recente tem sustentado que principalmente o ato discricionário deve ser motivado. O ato vinculado é que não precisaria de motivação, pois seu fundamento está na lei, bastaria reportar-se o administrador ao dispositivo legal. Todavia, o ato discricionário, este sim, necessitaria de motivação, porque cabe ao administrador demonstrar que tomou a decisão mais conveniente e oportuna para aquele caso concreto. Discricionariedade, entende-se atualmente, é, na verdade, vinculação aos princípios constitucionais, entre eles o princípio da razoabilidade. Não conheço 'detalhes do caso, mas, à primeira vista, parece-me totalmente desproporcional, diante do parâmetro constitucional de dois anos de validade do concurso público, a fixação do prazo de 45 dias.

Já tive oportunidade de me manifestar, no caso de um concurso da ESAF cujo prazo foi fixado em dois meses, que deixava de considerar a falta de razoabilidade deste prazo porque as partes não alegaram, tacitamente concordando, portanto, com prazo tão exíguo. Mas, no caso, a irresignação da candidata é exatamente quanto à falta de razoabilidade de prazo de 45 dias para a validade do concurso público de uma grande autarquia. Trata-se da Universidade Federal de Minas Gerais, que realiza sucessivos concursos e que deve ter um quadro volumoso de assistentes sociais, de modo que há possibilidade de o candidato aguardar dentro de prazo razoável o surgimento de vaga para ingresso na instituição.

A fixação de prazo tão exíguo é frustração indireta do direito assegurado no art. 37, inciso IV, da Constituição, que diz: "durante o prazo improrrogável previsto no edital de convocação, aquele aprovado em concurso público de provas ou de provas e títulos será convocado com prioridade sobre novos concursados para assumir cargo ou emprego, na carreira". O candidato aprovado em concurso tem direito de ficar na fila aguardando oportunidade para ser nomeado.

Volto a insistir que a Constituição não prevê prazo de validade mínima para os concursos; só prevê o prazo máximo, que é de dois anos. Mas está implícito, é razoável que esse prazo mínimo deva ser um prazo compatível com a situação. Esse prazo mínimo não deve esvaziar a necessidade, a conveniência, de que o concurso tenha prazo de validade razoável, seja para atender aos interesses dos candidatos que se sacrificam para se submeter ao concurso, seja para atender ao próprio interesse público, uma vez que a Administração não pode ficar despendendo recursos, gastando com a realização de concursos e fixando prazo tão exíguo, para, logo em seguida, abrir novo concurso. É o que se pode imaginar em uma situação dessas: fixação de prazo tão exíguo para poder, passados os 45 dias, abrir outro concurso. Não é justificável.

(...)

Complemento meu voto dizendo: no prazo máximo de dois anos, ou seja, afastando o prazo de 45 dias, passa prevalecer o prazo máximo constitucional de dois anos.” (fls. 100/102).

De tudo aqui exposto, estou certa de que a presente proposição visa regulamentar de forma racional o prazo de validade do concurso público, não extrapolando os preceitos constitucionais, mas sim, com a preocupação maior de atender aos princípios da razoabilidade e economicidade, motivos pelos quais solicito a aprovação dos nobres parlamentares desta Casa.

Sala das Sessões, em de outubro de 2012.

Andreia Zito
Deputada Federal – PSDB/RJ